

CONFLUÊNCIA E CIDADANIA NO CÁRCERE: A REDAÇÃO COMO PEDAGOGIA DE FRESTAS NO PROJETO-PILOTO DO UPT

Rebeca Teles Caldeira¹

INTRODUÇÃO

A educação no sistema prisional brasileiro transcende a mera obrigatoriedade jurídica prevista na Lei de Execução Penal (nº 7.210/1984), consolidando-se como um pilar fundamental para a ressocialização, a dignidade humana e a reconstrução de identidades. Nesse cenário, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) assume o papel de modalidade de ensino vigente nas unidades prisionais, oferecendo a base escolar necessária para que exames como o Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM PPL) funcionem como vias estratégicas de inclusão social, ingresso no ensino superior e remição de pena pelo estudo. Contudo, a preparação para certames de larga escala no contexto de privação de liberdade frequentemente esbarra em lacunas educacionais históricas e na escassez de ações voltadas para o letramento crítico.

Integrando os esforços para mitigar essa realidade, o Programa Universidade Para Todos (UPT) — iniciativa governamental baiana com vasta trajetória na democratização do acesso à universidade, em conjunto com as universidades públicas do estado — expandiu sua atuação em 2025 por meio de um projeto-piloto voltado a instituições penais na Bahia. Sob esse panorama, o presente trabalho configura-se como um relato de experiência sobre as aulas de Redação ministradas no Conjunto Penal de Lauro de Freitas (CPLF), ocorridas entre setembro e novembro de 2025, com encontros semanais às segundas-feiras, das 13h às 16h.

Este contexto singular exigiu uma prática pedagógica que superasse a visão tradicional de transmissão de conteúdos, focando-se na conscientização e emancipação dos sujeitos (Freire, 2021). Em consonância com essa postura, hooks (2013) ratifica que a sala de aula deve constituir-se como um lugar de entusiasmo mediado por uma "pedagogia engajada", capaz de reconhecer os estudantes como seres humanos integrais e agentes ativos, e não como meros receptores passivos de informação. Assim, a práxis docente enfrentou o desafio de transpor as

¹ Especialista em Linguagem, Ensino e Representação, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBa). E-mail: rtelesclasses@gmail.com.



barreiras do silenciamento institucional e da fragmentação da autoestima que historicamente comprometem a expressão escrita da população carcerária.

A problemática central desta experiência residiu na necessidade de converter o ensino técnico da redação dissertativo-argumentativa — frequentemente percebido pelos internos como um código rígido, punitivo e distante — em um canal legítimo de manifestação do pensamento crítico e da autoria. Diante desse cenário, o objetivo deste relato é analisar as estratégias pedagógicas utilizadas na preparação para o ENEM PPL, investigando de que maneira o estímulo à produção textual pôde atuar concomitantemente como capacitação acadêmica, exercício de cidadania e ferramenta de reflexão sobre a realidade social no CPLF.

METODOLOGIA

O presente relato de experiência fundamenta-se em registros de diários de campo e no acompanhamento processual de estudantes no Conjunto Penal de Lauro de Freitas. As atividades ocorreram semanalmente, às segundas-feiras, em um setor pedagógico recém-reformado e equipado com recursos multimídia. Essa infraestrutura diferenciada foi determinante para viabilizar uma "pedagogia engajada", utilizando materiais do Programa Universidade Para Todos (UPT) adaptados às especificidades do ENEM PPL para favorecer a concentração e a interação dos sujeitos durante o processo de escrita.

Diante da lotação máxima das salas, a prática pedagógica buscou converter o ensino em uma oportunidade de autorreflexão transicional. Apoiando-se na raiz freiriana (2021) do homem como um "ser inacabado" e na perspectiva de confluência de Nêgo Bispo (2023), a escrita da redação transcendeu o requisito técnico. A proposta foi preterir métodos tradicionais em favor de um fazer que reconhecesse o indivíduo como parte de um todo coletivo, promovendo a reconexão do ser com o mundo e com sua liberdade intelectual, que permanece inalienável mesmo sob reclusão.

O processo de ensino-aprendizagem estruturou-se em eixos temáticos que expandiam o repertório cultural dos estudantes através de temas transversais, como direitos humanos e racismo. Cada encontro iniciava-se com uma "roda de conversa" subsidiada por recursos audiovisuais (curtas e clipes musicais). Conforme a pedagogia de bell hooks (2021), esse momento foi crucial para romper o silenciamento institucional e validar a voz de cada estudante, transformando a sala de aula em um território de escuta ativa e circulação de saberes.



A transição para a técnica dissertativo-argumentativa ocorria de forma orgânica: após os debates, iniciava-se a etapa prática com foco nas competências do ENEM PPL. Atividades diagnósticas revelaram que a transposição da oralidade para a norma-padrão era a maior dificuldade do grupo, desafio enfrentado por meio de mediação constante nas bancadas e retorno imediato. Esse processo permitiu que os estudantes elaborassem propostas de intervenção que, respeitando os direitos humanos, partissem genuinamente de suas vivências e do fortalecimento de sua autoria.

Como resultado, as produções revelaram um amadurecimento significativo, evoluindo de repetições de senso comum para manifestos de reflexão crítica e exercício de cidadania. O projeto-piloto do UPT comprovou que, quando o letramento é compreendido como prática de liberdade, a educação no cárcere consegue romper o determinismo da reclusão. Esse percurso reafirmou que uma postura ética e dialógica é capaz de promover fissuras nos muros do isolamento, permitindo que o sujeito se reconheça, enfim, como um intelectual em potencial.

Figura 1 – Atividade de produção textual



Fonte: Acervo pessoal da autora (2025)

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os resultados colhidos ao longo do trimestre transcendem a mera evolução técnica na estrutura dissertativo-argumentativa, revelando um processo profundo de retomada da palavra e da autoria. A análise das produções textuais e das interações em sala de aula demonstra que a escrita, no contexto do Conjunto Penal de Lauro de Freitas, funcionou como um dispositivo de subjetivação. Ao transformarem suas vivências em argumentos fundamentados, os estudantes não apenas atenderam às competências do ENEM PPL, mas também tencionaram os limites do



silenciamento institucional, transformando o papel em branco em um espaço de projeção de cidadania e reflexão crítica.

Todo exercício docente, independentemente da área de atuação, pressupõe um respaldo teórico-pedagógico que fundamente a prática. No cenário do cárcere, contudo, torna-se imperativo transcender as teorias tradicionais, que se mostram insuficientes para atender às complexidades e especificidades do ambiente prisional. Assim, em diálogo com Rufino (2019), buscou-se romper com a hegemonia de saberes consolidados para operar por meio de 'pedagogias de frestas', capazes de legitimar o fazer pedagógico naquele território. Sob essa ótica, a prática docente despiu-se de um caráter puramente 'compensatório' para elevar-se à condição de ação política e emancipadora, essencial para a ressignificação da existência dos sujeitos em reclusão.

É consenso que a sala de aula regular exige do docente o reconhecimento das individualidades de estudantes que são, por natureza, diversos. Contudo, ao analisar o contexto das 'celas de aula', torna-se imperativo reconhecer a historicidade dos sujeitos para além dos muros. Considerá-los em sua integralidade implica não reduzir suas existências aos delitos cometidos, mas sim questionar as estruturas sociais que legitimam violências e estereotipam indivíduos. O perfil da população carcerária revela uma seletividade penal evidente: a maioria dos sujeitos partilha dos mesmos fenótipos e origens geográficas. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN, 2025), o contingente de pessoas que se declaram pretas ou pardas é significativamente superior, confirmando que o cárcere no Brasil possui cor e classe social bem definidas.

Nesse sentido, a atuação docente dentro das 'celas de aula' exige uma sensibilidade que ultrapassa o conteúdo programático, demandando o reconhecimento das pedagogias Emergentes como via de superação das ausências históricas impostas aos corpos subalternizados. Ao operar nessas brechas, o professor assume o papel de mediador de um saber que não apenas prepara para um exame, mas que questiona as estruturas de poder que mantêm o ciclo da exclusão. Essa perspectiva é fundamental para compreender que:

As Pedagogias Emergentes buscam romper com práticas que invisibilizam sujeitos e saberes, e fazer reparações históricas numa sociedade marcada por privilégios de determinados grupos sociais. Por isso, elas partem de organizações históricas, a partir de movimentos sociais que se organizam em torno de pautas comuns, questionando os privilégios historicamente presentes na sociedade de classes (Franco; Moreira, 2025, p. 33).



Sob esse prisma, as aulas no Conjunto Penal de Lauro de Freitas converteram o ensino da redação em um exercício prático de 'pedagogias de frestas'. Ao validar o repertório de vida dos estudantes e transformá-lo em argumento legítimo, o projeto-piloto do UPT atuou na contramão da invisibilidade, promovendo uma reparação simbólica que fortaleceu a consciência de direitos. Em última análise, a evolução observada — tanto na estrutura argumentativa quanto na apropriação crítica de temas sociais — ratifica que a escrita se constituiu como um ato de resistência e reexistência. A experiência demonstra que, quando o letramento é compreendido como prática de liberdade, a educação no cárcere rompe o determinismo da reclusão, devolvendo ao sujeito a consciência de que seu pensamento é uma ferramenta legítima de transformação social.

CONCLUSÕES

As reflexões tecidas ao longo deste relato reiteram que a educação no contexto prisional ultrapassa a finalidade burocrática de certificação, revelando-se como um processo de reconstrução subjetiva e coletiva. A experiência no Conjunto Penal de Lauro de Freitas demonstrou que, ao ocupar o espaço da sala de aula, o sujeito em privação de liberdade inicia um movimento de retomada da própria voz, compreendendo que sua trajetória individual não está isolada dos processos sociais. Como bem afirmou o pensador brasileiro Nêgo Bispo (2023), mesmo o indivíduo sendo “um”, ele é parte do todo que forma o universo. Sob essa lógica de confluência, as aulas de Redação serviram como um ponto de intersecção onde a técnica da escrita e a consciência de pertencimento se encontraram, permitindo que os estudantes se percebessem não apenas como internos do sistema, mas como sujeitos integrantes e ativos de uma comunidade que pulsa para além dos muros.

Ademais, a implementação deste projeto-piloto pelo Programa Universidade Para Todos (UPT) no sistema prisional demonstrou que a parceria entre universidade e segurança pública é um caminho viável e necessário para a garantia de direitos. O engajamento constante dos estudantes e a evolução qualitativa de suas produções textuais ratificam que o desejo de ingressar no ensino superior é, para muitos, o combustível para suportar as agruras do cárcere e vislumbrar uma vida pautada na legalidade. Portanto, os resultados aqui apresentados sugerem a premência de tornar essa iniciativa uma política pública perene, capaz de transformar as “celas de aula” em laboratórios de cidadania que preparem o indivíduo não apenas para um exame, mas para o retorno digno ao convívio social.



Por fim, esta experiência pedagógica reconfigurou minha própria identidade docente, ao me confrontar com os limites e as potências do ensino em condições extremas. Atuar no Conjunto Penal de Lauro de Freitas ensinou-me que a “pedagogia de frestas” e o “ensino engajado” não são apenas conceitos teóricos, mas práticas de sobrevivência intelectual e resistência ética. Concluo este relato com a certeza de que a educação, quando fundamentada no afeto e na crença na incompletude humana, tem o poder de romper as grades invisíveis do preconceito. Ao ensinar redação a pessoas privadas de liberdade, aprendi que, embora o corpo esteja retido, o pensamento — quando estimulado e instrumentalizado pela escrita — é a ferramenta mais potente de liberdade que o sujeito pode possuir.

Palavras-Chave: educação prisional; ensino de redação; pedagogias emergentes.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109222/lei-de-execucao-penal-lei-7210-84>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Levantamento de informações penitenciárias 18º ciclo - 1º semestre 2025.** Brasília: SENAPPEN, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-de-informacoes-penitenciarias/relatorio-do-1o-semester-de-2025.pdf>. Acesso em: 08 maio 2026.

FRANCO, M.A. do R. S.; MOREIRA, J. da S. Da Pedagogia crítica às Pedagogias Emergentes. In: FRANCO, M.A. do R. S.; MOREIRA, J. da S.; MEDEIROS, E. A. de. (org.). **Pedagogias Emergentes: princípios e práticas.** São Paulo: Cortez Editora, 2025. p. 17-35.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas.** Rio de Janeiro: Mórulo Editorial, 2019.

SANTOS, A. B. dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/ Piseagrama, 2023.

